

A interdição do pródigo

Plan - Brasil

Ruy Lopes

Representantes dos maiores grupos empresariais do País iniciam hoje entendimentos com as lideranças partidárias, com o objetivo de elaborar uma espécie de Plano de Salvação Nacional, destinado a evitar a progressiva deterioração de nossa economia.

Se bem que iniciativas como essa, em que segmentos da sociedade se dispõem a discutir com seus mandatários políticos os problemas que os afligem, sejam absolutamente normais na vivência democrática, há neste caso certas particularidades que não podem passar despercebidas.

A apresentação de um conjunto de medidas para sair da crise diretamente ao Congresso neste momento, parece embutir o desejo de afastar o Executivo do centro das decisões que se tornam necessárias para impedir o colapso. O Governo Sarney, que é parte essencial para o desenvolvimento do processo, ficaria sob uma espécie de tutela, tocando-lhe apenas homologar o que ficasse estabelecido. Isto configura um grave erro político, pois sem a boa vontade e o interesse da administração não se vai a lugar nenhum.

Mas esse não é o único equívoco relevante no plano dos empresários. A julgar pelos pormenores já vazados para a imprensa, esse pessoal está querendo fazer omeletes sem quebrar ovos.

A primeira medida "revolucionária" proposta é a suspensão do pagamento da dívida externa, ou de parte, dela enquanto o Legislativo não concluir a auditoria da dívida. O dinheiro ficaria retido em uma insti-

tução internacional de confiança até o fim da apuração.

Como se percebe, isto não traria alívio nenhum ao balanço de pagamentos, de vez que os recursos continuariam saindo de nossa economia. A diferença — o caixa externo em que entrariam — é destituída de qualquer significação.

Quanto às medidas restantes, a proibição de nomeações já está na Constituição; o aumento da contribuição da Previdência tramita no Congresso; a nova regra salarial e a venda de imóveis públicos também não representam mudanças substanciais no panorama econômico.

O que parece ser o grande motivo do plano de salvação nacional é a obtenção de garantias do Legislativo para os detentores de títulos da dívida interna da União. De um lado, os empresários querem que o governo continue subsidiando o fluxo de caixa das empresas, através de uma taxa positiva do "overnight". Ora, os recursos do "over" não configuram investimento nem poupança e, portanto, não merecem sequer correção integral.

Além disso, eles querem uma "garantia irrevogável" de que os títulos da dívida não serão congelados nem entrarão em qualquer operação de troca compulsória. Em resumo, o que se deseja é a perpetuação da ciranda financeira que, por sinal, é uma das causas da crise que atravessamos.